



A NOVA DIVISÃO DO TRABALHO TÉCNICO NA ESCOLA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA REDE MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE¹

Lucas Mateus Ferreira da Silva²
Ana Maria Alves Saraiva³

INTRODUÇÃO

A persistência das desigualdades educacionais tem suscitado questionamentos acerca das possibilidades da Educação Básica brasileira de promover a esperada justiça social pela via da escolarização. No enfrentamento dessas desigualdades percebe-se um deslocamento dos ideais de justiça educativa estabelecidos como bases fundantes da Escola Republicana, com o ideal de igualdade de oportunidades cedendo espaço, na política educacional, para uma noção de justiça pela equidade (DEROUET, 2009).

Identifica-se um enfraquecimento da noção de que a garantia do acesso à escola seria suficiente para que todos os indivíduos, pelo seu mérito, pudessem alçar os “espaços” sociais e profissionais antes negados. Emerge assim a noção de equidade, compreendida como a possibilidade de atuar na diminuição dos efeitos das desigualdades sociais sobre as desigualdades educacionais (MOEHLECKE, 2008).

Nesse contexto, observa-se a criação e implementação de programas e projetos, com natureza e objetivos diversos, voltados para o enfrentamento das desigualdades escolares, sobretudo, em escolas localizadas nos territórios de alta vulnerabilidade social. Ao mesmo tempo, é possível identificar que, a partir desse enfrentamento, emergem novas formas de organização e divisão do trabalho técnico na escola, que passa a incorporar novos sujeitos docentes, novos agentes, criar outras funções de gestão e coordenação, todos para atuarem em torno dos docentes (LEVASSEUR, 2010). Além disso, a complexidade que essa nova divisão do trabalho apresenta para a gestão, demanda que novas orientações sejam introduzidas nos programas de formação inicial e continuada dos gestores, impactando fortemente as Licenciaturas, incorporando o planejamento estratégico e a gestão de pessoas como conhecimentos necessários para o exercício do cargo. É na tentativa de compreensão desse

¹ Pesquisa desenvolvida com financiamento do CNPq fomentado através do edital 07/2020 Programa institucional de auxílio à pesquisa de docentes recém-contratados pela UFMG – Pró Reitoria de Pesquisa PRPQ;
² Graduando do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, lucasmfdfs@gmail.com;
³ Professor(a) orientador(a): Prof. Dra. Ana Maria Alves Saraiva da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, anasaraiva.ef@gmail.com.



percurso da política educacional, que esse projeto de pesquisa apresenta, tendo como Objetivos Geral: identificar as características, os sujeitos e o contexto social e político da emergência de uma nova divisão do trabalho técnico em escolas que atendem à etapa do ensino fundamental na Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte. E Objetivos Específicos: levantamento documental e bibliográfico sobre o tema; identificar as mudanças nas Licenciaturas no que tange à gestão. Analisar os novos cargos, suas atribuições e atuação no cotidiano escolar.

Para alcançar esses objetivos, a pesquisa tem como principais referentes teóricos Louis LeVasseur e Maurice Tardif. Conforme afirmado por Maurice Tardif (2011, p.15),

a internacionalização das políticas e das reformas educativas, se as modalidades de organização e de divisão do trabalho educativo podem variar consideravelmente de uma sociedade para outra, elas não devem nos esconder as convergências fortes que presidem hoje a estruturação dos serviços educativos aos alunos do quadro dos sistemas de ensino obrigatório.

Sendo assim, o aumento de grupos profissionais e técnicos é tão impactante que provocam mudanças na composição interna do quadro educativo como um todo. Em alguns lugares como os Estados Unidos e Quebec (Canadá) agentes de educação ou agentes técnicos não se enquadram na docência.

O Brasil nas últimas décadas passou a ter um aumento significativo no quadro de trabalho escolar, sendo necessário justificar os meios e objetivos das modificações na estruturação dos serviços, juntamente com os resultados positivos ou negativos que afetam diretamente o âmbito docente.

Outrora, LeVasseur (2004) aponta que esse aumento no quantitativo de trabalhadores escolares é característico da universalização do acesso, do enfrentamento das desigualdades e da constituição dos sistemas escolares em espaços mais inclusivos. O autor mostra por exemplo os Estados Unidos e o Canadá, onde a partir da década de 1990, os novos cargos não docentes, denominados *teacher aides* ou *instructional aides* tiveram um aumento de 62% e 155% respectivamente. Excetuando os que trabalham nos serviços de saúde e fora do ensino, os *teacher aide* realizam tarefas de acompanhamento pedagógico auxiliando os estudantes nas atividades e nos trabalhos, divulgação de notas, produção e distribuição do material de aula, supervisão dos alunos durante os horários fora da sala, e o principal, assistência aos alunos deficientes. Percebe-se esse mesmo processo na realidade brasileira, o foco na gestão e a introdução de novos e diferentes sujeitos na escola.

A pesquisa se justifica, não somente pela atualidade e pertinência, mas pelo interesse despertado nos diferentes momentos formativos do meu percurso na Licenciatura. Como já dizia Paulo Freire “O educador se eterniza em cada ser que educa.” A licenciatura é uma área



honrosa, que quando praticada com vontade torna-se capaz de mudar o rumo de uma nação não somente no macro, mas também no âmbito individual. Por meio desse, o cidadão se espelhará em seu educando e almejará ser parte dessa transformação. Portanto à docência possui um papel primordial na formação de trabalhadores e educadores, a responsabilidade no domínio do ensino-aprendizagem é vultoso e deve ser estabelecida através do conhecimento científico, embasamento teórico e principalmente na prática.

Sendo assim, minha participação como bolsista no o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) disponibilizou uma experiência venerável, onde pude aplicar alguns dos conhecimentos, aprendendo e entendendo o sistema escolar tanto na prática pedagógica quanto na gestão, possibilitando a modulação decisiva na minha formação como futuro professor e despertando questões que me levaram a aprofundar na temática de que trata essa pesquisa, desenvolvida na RMEBH, que apresentamos brevemente.

Desde a municipalização da rede até os dias atuais, a Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte (RMEBH) já passou por diversas mudanças, sendo essas marcadas por diferentes estilos de governanças. O primeiro colégio Municipal de Belo Horizonte foi criado em 1948, tendo uma expansão gradual na década de 50 e 60. O crescimento significativo se deu a partir da década de 70 quando o ensino de primeiro grau foi fixado como competência da rede municipal, momento caracterizado pela ditadura militar.

A partir de 1980, no contexto de passagem do Estado autoritário para o Estado de direito, fora firmado um novo modelo escolar com participação da comunidade com a criação de colegiados e assembleias escolares. Em 1990 houve um aumento nos investimentos nas escolas municipais incentivando a formação de projetos políticos pedagógicos como instrumentos de gestão democrática, além da consolidação da eleição para direção.

O novo século é marcado principalmente com a criação da rede própria de educação infantil com inauguração das Unidades Municipais de Educação infantil (UMEI) em 2004, que posteriormente em 2018 foram aprimoradas para **Escolas Municipais de educação infantil** (EMEI's). Além disso, temos o aparecimento da **Escola integral** com objetivo de aumentar o tempo estudantil dos alunos nas escolas.

Segundo a base de dados informados pela gerência de informações Educacionais (GINED), atualmente a Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte possui um total de 323 escolas, atendendo cerca de 195.490 alunos. Dessas são, 145 Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI's) e 178 Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF's), vale ressaltar que 107 dessas escolas aderem a modalidade de Ensino de Jovens e Adultos (EJA).



METODOLOGIA

O desenho metodológico da pesquisa se desenvolve em 3 etapas. A primeira trata da revisão de literatura e da pesquisa bibliográfica (GIL, 2002, p.44) em periódicos e outras publicações que tratem do tema. A proposta é fazer uma pesquisa exploratória (GIL, 2002, p.41) a fim de organizar de forma sistematizada como foi se desenvolvendo a criação de novos cargos e quais seus condicionantes históricos, políticos e sociais.

A segunda é a análise de documentos nacionais e da RMEBH, incluindo Portarias, Decretos e outros que tratem da criação de cargos e suas atribuições. Em um terceiro momento, através de entrevistas com gestores e demais trabalhadores da escola buscaremos compreender como se organiza a divisão do trabalho técnico na escola, objetivando identificar as relações de trabalho e de poder que estabelecem seus ocupantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No caso da RMEBH, a criação dos cargos se dar a partir do aumento de matrículas, propostas político-pedagógicas variadas, educação inclusiva, assim como projetos de ampliação da jornada escolar. A natureza dos cargos, o perfil dos novos trabalhadores e as tarefas que desempenham demonstram que, embora atendam também demandas pedagógicas, outras dimensões são elencadas, como o enfrentamento da pobreza, a melhoria das relações entre as escolas e as comunidades e a adoção de modelos gerenciais na gestão.

Devido a complexificação adotada pelo sistema escolar a partir da década de 90 proveniente de investimentos nas intuições, a necessidade crescente de universalizar o acesso, o enfrentamento das desigualdades com ênfase na busca por espaços inclusivos, a exigência da elaboração de novos cargos passou a ser uma necessidade quase inquestionável.

Com exceção dos docentes, na década de 80 a escola contava com diretor, vice-diretor, supervisora pedagógica, orientadora educacional e um regente de biblioteca. Atualmente temos diretor, vice-diretor, coordenador pedagógico geral, coordenador pedagógico de turno, coordenador pedagógico área, coordenador de ciclo, coordenador da EJA, coordenador da escola integrada, profissional de apoio da EE, oficinairo da escola integrada, bibliotecário, coordenador da educação infantil, coordenador de oficina profissionalizante, auxiliar de escola, dentre outros. Quanto aos serviços voltados para a docência, temos a criação do professor da escola integrada, monitor da escola integrada, professor de educação infantil (antes chamado de educador infantil) e monitor de creche.



Esses resultados parciais indicam que essa nova divisão do trabalho na REMBH apresenta uma sobreposição de cargos, uma hierarquização das relações e uma precarização do trabalho. Isto pois, desde épocas passadas, o ensino tradicional é realizado com rigorosidade pelas escolas, os estudantes considerados indisciplinados eram mediados através de punições, obrigando-os a seguirem e respeitarem as normas estipuladas pela instituição.

Com a chegada dos novos cargos técnicos especializados, novas metodologias modernas começaram a ganhar espaço, antes o profissional impunha o método “eu mando e você obedece”, entretanto ao invés de impor ordens como feito pelas escolas, esses novos agentes elaboram métodos de escuta aos alunos, trabalhando através da empatia, colocando o chamado “capital cultural” do estudante como fator crucial quanto ao seu comportamento.

Não obstante, essa divergência de ideias entre escola/docente e agentes resultam em discussões e críticas, já que um defende o contexto de obrigação e resultados enquanto o outro procura um diálogo mais elaborado.

Situações como essas, acabam gerando relações desarmônicas entre os trabalhadores, levando a falta de sinergia e instabilidade nos estabelecimentos. Os agentes técnicos possuem uma tarefa importante de ajudar na aprendizagem e comportamento dos alunos, porém suas metodologias podem ir em contrapartida referente aos valores que a própria instituição busca defender e promover.

Além disso, é importante ressaltar que o técnico tem menos qualificação que o profissional para realizar o mesmo trabalho, partindo do princípio em que o profissional possui uma formação superior em relação ao agente escolar, que possui apenas uma formação técnica, portanto os alunos e a instituição de ensino saem prejudicados sobre a situação. Outro ponto pertinente, é o leque de poder do trabalho técnico, este por ser inferior assume menos responsabilidades, conseqüentemente, reduz a amplitude de serviços prestados que são necessários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esses resultados parciais indicam que essa nova divisão do trabalho na REMBH apresenta uma sobreposição de cargos, uma hierarquização das relações e uma precarização do trabalho. Além disso, gera demandas de formação e uma intensificação do trabalho dos gestores para administrar os tempos, espaços e as relações humanas no interior das escolas.

Em suma, essa nova complexidade do sistema exige uma intensificação do trabalho dos gestores, aumentando conseqüentemente a demanda de formação dos docentes afim de suprir



todas as tarefas administrativas dos horários, espaços e relações humanas no interior das escolas. Uma vez que apenas licenciados podem se candidatar a vagas de direção escolar, esses são afetados diretamente durante seu preparo e na decisão para concorrer em alguma vaga de direção.

Palavras-chave: Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte; Demanda de formação dos docentes; Licenciados; Demandas Pedagógicas; Universalização do acesso; Desigualdades Educacionais.

REFERÊNCIAS

- CLEMENTINO, Ana Maria. & OLIVEIRA, Dalila Andrade. Novos sujeitos docentes e suas condições de trabalho: uma comparação entre o Programa Escola Integrada e o Projeto Educação em Tempo Integral. **Em Aberto**, Brasília, v. 30 (99), 2017, p.99-113.
- DEROEU, Jean-Louis; DEROUET, Marie-Claude. **Repenser la justice dans le domaine de l'éducation et de la formation**. Lyon: INRP, 2009.
- LEVASSEUR, Louis. TARDIF, Maurice. L'essor du travail technique en milieu scolaire et son incidence sur l'organisation du travail. **Recherches Sociographiques**, Quebec, v. 46, n. 1, p. 97-118, 2005.
- LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.
- MOEHLECKE, Sabrina. Tendências do acesso à Educação Integral no Brasil: percursos dissonantes na Educação Básica. **RPGE– Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara 3 (22), 1297-1312, 2018. DOI: 10.22633/rpge.v22iesp3.12013 1297.
- PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. SMED/PBH. **Curso de Gestores**, 2020. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/candidatos-direcao-escolar-fazem-curso-de-formacao-em-bh>.
- LEVASSEUR, L. TARDIF, M. **Divisão do trabalho e trabalho técnico nas escolas de sociedades ocidentais**. *Educ. Soc.* Campinas, vol.25, n.89, p.12751297, 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>.
- ROCHA, M, C. **Políticas de valorização do magistério: remuneração, plano de carreira, condições de trabalho - uma análise da experiência de Belo Horizonte**. São Paulo: USP/Faculdade de Educação, 2009.
- TARDIF, M. LEVASSEUR, L. **A divisão do trabalho Educativo**. Petrópolis, RJ. Editora Vozes Ltda, 2011.